



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



CULTURA  
ACADÊMICA  
*Editora*

# Desindustrialização, Reprimarização e Dependência:

o Aprofundamento das Relações Brasil x China no Atual Quadro da Economia-Mundo

Hermes Moreira Júnior

**Como citar:** MOREIRA JÚNIOR, H. Desindustrialização, reprimarização e dependência: o aprofundamento das relações Brasil x China no atual quadro da economia-mundo. *In:* AGUILAR, S. L.; ALONSO, I. Z. (org.). **Os Desafios da Política Externa e Segurança no século XXI**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 415-432.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7983-968-9.p415-432>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# DESINDUSTRIALIZAÇÃO, REPRIMARIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA: O APROFUNDAMENTO DAS RELAÇÕES BRASIL X CHINA NO ATUAL QUADRO DA ECONOMIA-MUNDO

*Hermes Moreira Jr.*

## 1 – INTRODUÇÃO

Em julho de 2017, grande parte da imprensa brasileira repercutiu o fato da China ter sido o destino de 25% das exportações brasileiras no primeiro semestre do ano. Há mais de dez anos nenhum país, sozinho, era responsável por “abocanhar”  $\frac{1}{4}$  de tudo que o Brasil vende ao exterior. Ao nos determos sobre o que esses dados informam, veremos que parte significativa das exportações brasileiras para a China se trata de fluxo de *commodities* primárias, tendo como principais produtos a soja, o minério de ferro, petróleo bruto e celulose.

<https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7983-968-9.p415-432>

Na América do Sul, esse quadro não é exclusividade das relações entre brasileiros e chineses. Nosso principal parceiro comercial é também o maior comprador de produtos de argentinos e chilenos, por exemplo. Repete-se, em cada um desses casos, o predomínio padrão de produtos primários no rol de itens da pauta exportadora desses países para a China. E o apetite chinês por produtos primários é apenas uma das vertentes da relação que o gigante asiático estabelece com nossa região<sup>1</sup>.

Uma reflexão mais detida sobre esse processo nos leva a problematizar o impacto dessas relações a partir de três questões que se colocam como desafios para a economia nacional e a inserção internacional do Brasil nos próximos anos. São elas: a desindustrialização, a reprimarização das exportações e a dependência econômica e tecnológica em relação à China. Nesse sentido, ao final do texto pretende-se refletir sobre alternativas que o Brasil pode adotar em detrimento de um aprofundamento das relações com a China, em virtude do entendimento que esse processo, como está delineado atualmente, é prejudicial a um projeto autônomo e estratégico de desenvolvimento. Para tanto, o ponto de partida é o diagnóstico das três questões levantadas pelo aprofundamento das relações entre Brasil e China.

## 2 – DESINDUSTRIALIZAÇÃO

País de extensões continentais e integrante do grupo das dez maiores economias do mundo, o Brasil passou por uma intensa transformação social e econômica ao longo da segunda metade do século XX a partir da consolidação de seu processo de industrialização. Forjou, até o final da década de 1980, um parque industrial capaz de produzir bens de capital e bens de consumo de média complexidade, com alguns nichos específicos de alta intensidade tecnológica (KOHLLI, 2004). O processo de industrialização foi orientado para satisfazer necessidades do mercado interno, na tão debatida dinâmica de Substituição de Importações. Desse

<sup>1</sup> Durante fórum dos BRICS realizado no Brasil, em 2014, o presidente da China, Xi Jinping, anunciou a estratégia do país para a América Latina e o Caribe, através da “1+3+6 cooperation framework”. A proposta é que a partir da fórmula “1+3+6” (“um plano”, “três motores” e “seis setores”) fossem aprofundados no âmbito do *China-CELAC Cooperation Plan (2015-2019)* os negócios chineses nas áreas de comércio, investimento e cooperação financeira, orientando recursos chineses para geração de energia, construção de infraestrutura, agricultura, indústria, inovação e tecnologias de informação em toda região.

modo, fosse através da constituição de empresas estatais, de investimentos públicos para financiamento e viabilização de indústrias de capital nacional ou pela atração e instalação de empresas multinacionais, o Brasil criou uma estrutura industrial diversificada que, a despeito de sua concentração na região centro-sul, foi responsável por alterar a estrutura econômica e social de todo o país.

Todavia, duas situações ao longo dos anos 1980 colocaram em xeque a indústria nacional. A primeira diz respeito ao foco no mercado doméstico. Justamente por possuir um grande mercado consumidor interno, a indústria no Brasil não orientou sua produção para as exportações, como fora a estratégia dos novos países industrializados do Leste Asiático. Sem nenhum ímpeto em se expor à competição internacional, e contando com forte protecionismo governamental à concorrência de produtos importados no mercado doméstico, nossa indústria nacional foi se tornando cada vez menos competitiva e mais atrasada em relação aos avanços tecnológicos de seus concorrentes.

A segunda está relacionada com aquilo que economistas costumam chamar de “armadilha da renda média” (BRESSER PERREIRA, 2009; GALA, 2017). Trata-se de uma perda de competitividade da indústria em virtude da valorização da margem salarial de trabalhadores sem que isso venha associado a um salto tecnológico da indústria capaz de colocá-la em níveis mais sofisticados de produção de bens com valor agregado. Essa equação torna menos rentável e pouco competitiva a indústria nacional em virtude do repasse de custos feito ao produto final.

Postos estes dois problemas, do atraso tecnológico e do alto custo da produção, a competitividade da indústria nacional foi sendo minada ao mesmo tempo. Ao mesmo tempo, o protecionismo arcaico, que fechava o mercado brasileiro à exposição da concorrência internacional, dava sobrevida à indústria nacional, ao preço de produtos com menor qualidade e baixa diversificação e sofisticação. Tal situação se alterou a partir da década de 1990 com a adoção de uma série de reformas econômicas alinhadas à onda neoliberal que tomava a América Latina e propunha, dentre outras agendas, abertura comercial e redução do protecionismo aos mercados nacionais (CRUZ, 2007).

Especialmente no caso brasileiro, nosso parque industrial foi exposto à concorrência estrangeira e se viu extremamente fragilizado. Isso ocorreu num contexto de extinção de barreiras não-tarifárias a bens estrangeiros; queda nas taxas aduaneiras; forte valorização cambial; e liberalização do mercado de capitais do país (FIORI, 2003). Ademais, o atraso tecnológico refletia na baixa produtividade industrial, pouco competitiva frente aos índices de produtividade de norte-americanos e europeus. A armadilha da renda média elevava o salário de nossa mão-de-obra e o custo final de nossos produtos, dificultando a atração de novas plantas industriais para o território nacional e fazendo com que nos tornássemos presa fácil da jovem indústria asiática, mais produtiva e menos onerosa. Assim, apenas alguns setores já consolidados conseguiram sobreviver à competição internacional, mesmo que com foco de atuação bastante específico: o mercado doméstico brasileiro e as Américas.

Este quadro se mantivera mais ou menos estável ao longo de toda década de 1990. A indústria nacional fragilizada não conseguia alcançar o mesmo nível de modernização de suas concorrentes internacionais, mas foi bastante beneficiada pelas políticas macroeconômicas advindas do Plano Real, que a despeito de ter adotado uma política de câmbio sobrevalorizado, estabilizou a inflação e os preços (incluindo os salários) no país. A manutenção da indústria no período se dava, portanto, ainda em virtude da capacidade de absorção de seu mercado doméstico, cujo impulso ao consumo de bens foi bastante significativo face a valorização do poder de compra do trabalhador médio em razão do aumento relativo de sua renda (LOUREIRO, 2007).

Por sua vez, a despeito da manutenção de uma indústria, ela já dava sinais de alteração em sua estrutura. A facilidade para importação de bens de capital com a valorização cambial, somada à baixa competitividade da indústria de transformação nacional, fizeram com que a capacidade de autorreprodução sustentável endógena do capital industrial fosse perdendo fôlego, dando indícios que o processo de industrialização nacional corria sérios riscos em virtude das distintas formas de concorrência internacional.

Não obstante, o quadro seria alterado a partir de 1999. Decorrente da necessidade de ajustes macroeconômicos, pelos quais as economias emergentes precisaram passar na segunda metade dos anos 90, e na

esteira das crises financeiras do México e da Ásia, o governo brasileiro promoveu uma intensa desvalorização cambial que impactou diretamente sua indústria. Além disso, 1999 foi o ano de aprovação pelo Congresso norte-americano de um grande acordo comercial entre Estados Unidos e China, elemento-chave para ingresso do gigante asiático na Organização Mundial do Comércio (OMC) dois anos depois. Este, portanto, foi o momento crítico de deterioração da indústria brasileira.

A entrada da China na OMC não desencadeou apenas uma série de ajustes na economia interna dos chineses para se adaptar às normas da organização e transitar a uma economia de mercado, ou algum modelo que se assemelhasse a tal. Também, incidiu na dinâmica das relações econômicas internacionais, pois sobrepôs o mercado chinês, tal qual sua imensa quantidade de trabalhadores, como variável da divisão internacional do trabalho.

O aprofundamento das relações comerciais da China com o restante do mundo trouxe impactos a todas economias. Estabeleceu novas proporções ao processo de transição do eixo produtivo global rumo ao Oriente, um dos desdobramentos da reestruturação produtiva que vinha ocorrendo já desde meados da década de 1980 (CASTELLS, 1999; CHESNAIS, 1996; GILPIN, 2004; HARVEY, 1989). A atração de investimentos estrangeiros e corporações multinacionais para o território chinês, devido sua abundante possibilidade de acesso à mão de obra barata, sua estrutura institucional centralizada a partir de uma estratégia governamental rígida e planejada, e seu mercado gigante consumidor potencial, afetou a indústria de economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Talvez o caso da região de Detroit, nos Estados Unidos, seja a síntese desse processo. Ícone da indústria pesada norte-americana no século XX, a cidade perdeu praticamente todo seu parque industrial para as Zonas Econômicas Especiais chinesas, nas quais se concentra grande parte da produção industrial oriunda de investimentos estrangeiros no país (ARRIGHI, 2008).

Não obstante, países como Estados Unidos, Alemanha, França, conseguiram minimizar impactos negativos da migração da indústria de transformação e de bens de capital e de consumo para a China com o aprofundamento da industrialização em setores de maior complexidade, áreas como nanotecnologia e biotecnologia. Ainda assim, o recurso à

expansão do setor de serviços e à financeirização, com menor participação da indústria na composição do PIB, cobrou seu preço em menos de uma década, como foi possível acompanhar nas crises de 2008 e 2011 (HARVEY, 2011).

Em contrapartida, o caso brasileiro se mostrou mais crítico. Em meio à instabilidade econômica e à crise fiscal, frutos da desvalorização cambial dos anos anteriores (GIAMBIAGI; AVERBUG, 2000), o país não possuía fundamentos para um salto tecnológico semelhante às economias desenvolvidas e não reunia condições de concorrer com a mais competitiva indústria chinesa. Setores industriais que haviam se beneficiado da estabilidade macroeconômica alcançada com o Plano Real, e que figuravam ainda como alternativas viáveis para a indústria nacional – notadamente o de têxteis, vestuário e calçados, brinquedos e materiais de construção civil – foram praticamente dizimados pela concorrência chinesa. O resultado disso foi a desmobilização de setores industriais inteiros, declínio econômico e social de regiões, e materialização da incapacidade da indústria brasileira em concorrer no mercado internacional, fosse ao fazer frente a indústria estrangeira na manutenção ou conquista de mercados no exterior ou para atender às demandas do mercado doméstico.

A absorção efetiva da China à economia-mundo capitalista teve como efeito novas acomodações na divisão internacional do trabalho e na dinâmica das relações econômicas internacionais. Para o Brasil, o impacto ocorreu com a aceleração e o aprofundamento de um processo de desindustrialização que já vinha se desenhando desde o momento de abertura da indústria doméstica à concorrência internacional. Nesse sentido, a participação da indústria na composição do PIB brasileiro e a importância dela na sustentação dos indicadores econômicos nacionais foram se tornando cada vez mais frágeis à medida que a presença chinesa no comércio internacional se configurou como uma realidade.

### **3 – REPRIMARIZAÇÃO**

A entrada da China na OMC foi um dos marcos da nova fase da economia-mundo capitalista. Simbolizou a absorção de praticamente 1/6 da população mundial e de uma das dez maiores economias do mundo à

lógica sistêmica. Fora, ainda, o impulso final para que a China pudesse, poucos anos mais tarde, se tornar a segunda potência econômica mundial. As repercussões dessa nova posição da China afetaram diretamente a participação do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Escolher a chamada estratégia de Ascensão Pacífica (NIU, 2013) não impediu a China de reconfigurar boa parte da dinâmica econômica internacional. Em pouco mais de uma década de integração ao comércio internacional via OMC, o país se tornou o maior produtor industrial do mundo, o maior exportador de manufaturas e principal parceiro comercial de mais de uma centena de países, incluindo o Brasil.

Ao desbancar os Estados Unidos e se tornar o maior parceiro comercial brasileiro, a China empolgou acadêmicos, empresários e políticos. Muitos enxergavam nessa nova grande parceria a possibilidade de alçar o Brasil a um novo patamar no comércio internacional, de forma mais globalizada e autônoma em relação a nossos vizinhos hemisféricos. Não foram poucas as parcerias acadêmicas, comerciais e institucionais que visavam fortalecer laços entre os dois países ao longo da última década. Essa perspectiva ganhara força, ainda, com a estratégia de inserção internacional brasileira durante o governo Lula da Silva (2003–2010), que visava diversificar nossas parcerias comerciais (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007) e fortalecer uma nova espécie de arranjo político internacional via BRICS (MOREIRA JR., 2017).

No entanto, a intensificação das relações sino-brasileiras ao longo da última década reforçam a parceria estratégica estabelecida entre os países já no início dos anos 1990 (YONAMINE, 2017). A grande mudança se dá no desenho que essa parceria assume à medida que a China consolida seu processo de modernização do parque industrial e exportação de manufaturas, e o Brasil vê sua indústria sucumbir à concorrência internacional, sobretudo a de origem chinesa. Desse modo, a ampliação da parceria estratégica e o aprofundamento das relações comerciais entre Brasil e China reforçam uma lógica de especialização produtiva, com a China exportando ao Brasil uma grande sorte de produtos manufaturados de média e alta tecnologia, e o Brasil provendo a China com *commodities* minerais, energéticas e agrícolas, e produtos manufaturados baseados em recursos naturais, ou seja, de baixa complexidade.

Com o crescimento do mercado interno chinês e a abertura de novos mercados consumidores para suas exportações, sua demanda por matérias-primas e gêneros alimentícios apresentou uma explosão na última década. Conhecemos assim um período de forte alta dos preços das *commodities* no mercado internacional, que beneficiou, de maneira pontual, a balança comercial brasileira. À medida que o apetite chinês por *commodities* foi crescendo, o Brasil surfou na onda da valorização dos produtos primários, o que acarretou um período de bonança econômica ao país.

Durante esse período, todo arranjo fiscal e orçamentário do governo federal foi elaborado com base na dinâmica das exportações brasileiras. Políticas de distribuição de renda, obras públicas de infraestrutura, compras governamentais, investimentos em educação e tantas outras políticas públicas foram traçadas a partir da composição do PIB brasileiro, com um percentual cada vez maior de participação do setor primário-exportador em detrimento da indústria. Como poderemos ver indicado abaixo, desde o início da década de 1990 a exportação de produtos industrializados vem perdendo espaço para a exportação de produtos primários. Isto leva a uma série de prejuízos à economia nacional, sendo o mais significativo deles a dependência da demanda internacional.

Como foi possível perceber após a crise econômica mundial e, posteriormente, após o ajuste chinês para um novo patamar de crescimento, também conhecido como “novo normal” (PIRES; PAULINO, 2016), a redução da demanda e a desvalorização do preço das *commodities* primário-exportadoras repercutiu nas contas nacionais, desidratando a taxa de crescimento brasileira e reduzindo o tamanho do PIB. Ademais, cristaliza-se uma estrutura social extremamente desigual em virtude do perfil econômico do modelo utilizado pelo país para atender essa demanda por *commodities* primárias. Qual seja: grandes concentrações fundiárias, com mão-de-obra pouco especializada e de baixa remuneração, baixa incorporação de novas tecnologias com potencial de transbordamento para outros setores da sociedade, e ausência da formação de uma burguesia nacional industrializante, com a manutenção de elites locais baseadas na lógica do coronelismo tradicional ou apropriação do modelo por grandes conglomerados transnacionais do agronegócio.

## 4 – DEPENDÊNCIA

Ao mesmo tempo que entusiasmou um conjunto de atores, o aprofundamento das relações sino-brasileira alertou aqueles que já observavam um perfil menos autônomo para o Brasil nesta relação. Voltaram a ser mobilizados conceitos do estruturalismo cepalino, bastante caros à teoria econômica latino-americana do século XX. A teoria estruturalista, desenvolvida por Raul Prebisch, Celso Furtado, Álvaro Pinto, Fernando Fajnzylber, entre outros, caracterizava a condição de subdesenvolvimento dos países periféricos por meio da disparidade de seus modelos de inserção na divisão internacional do trabalho, fixando países periféricos como responsáveis pelo provimento de produtos primários, ao passo que economias centrais seriam dotadas de condições tecnológicas de produção de manufaturas (RODRIGUEZ, 2009).

Nessa acepção, devido à possibilidade de incremento de técnicas e processos capazes de aumentar produtividade e valor agregado dos produtos manufaturados ser amplamente maior que para produtores de gêneros primários, trocas comerciais efetuadas entre economias periféricas e centrais levariam ao prejuízo daquelas. Assim, a deterioração dos termos de troca alargaria o abismo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, restando como forma de superação da condição de subdesenvolvimento o processo de industrialização e modernização da estrutura produtiva das economias periféricas.

Permeado de acertos e erros, o Brasil se engajou nesse processo ao longo da segunda metade do século XX, cenário que passa a ser revertido, como vimos anteriormente, a partir da dupla condução de desindustrialização da economia nacional e reprimarização da pauta exportadora brasileira. Ambos processos foram fortemente impulsionados dentro da recente amplitude alcançada pela economia chinesa no quadro da economia-mundo capitalista. Desse modo, não demoraria para que surgissem interpretações de que o Brasil entraria em uma nova fase de dependência, não mais em relação às economias tradicionais ocidentais, tal qual ocorreu desde a colonização até a primeira metade do século XX com países como Inglaterra e Estados Unidos, mas agora em relação à China, novo gigante econômico internacional.

Alguns indicadores podem demonstrar essa nova fase da dependência. Desde o ano de 2009, exportações brasileiras têm como principal destino a China. Em 2017, muito provavelmente, a China será responsável por consumir praticamente 1/4 dos produtos exportados, com grande destaque para soja em grãos ou triturada, minério de ferro, óleos brutos de petróleo, pasta de celulose e carnes processadas ou cortes congelados. De acordo com dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, dentre os 10 principais itens da pauta exportadora brasileira para China, apenas a exportação de veículos aéreos pode ser considerada como de bens industrializados de alta intensidade tecnológica. Ainda assim, com valores bastante inferiores aos produtos que ocupam o topo da lista, soja, minério de ferro, petróleo cru e pasta de celulose.

Na esteira da maior presença chinesa no Brasil, o país passou figurar como um dos principais aportadores de investimento externo direto em território brasileiro. Segundo estatísticas do Banco Central do Brasil, entre 2001 e 2010, a China figurava como 15º principal investidor no país, com parcela inferior a 1% do total de investimentos no país. Realidade esta que começa mudar à medida que o país asiático altera sua estratégia de inserção internacional e passa direcionar significativos investimentos mundo afora, ultrapassando o Japão para se tornar a quinta maior fonte global de investimento externo direto.

De acordo com a Câmara de Comércio Brasil-China, o período 2010–2011 marcou uma nova fase na relação de investimentos entre os dois países, caracterizada pela entrada significativa de investimentos diretos da China no Brasil. Tais investimentos visavam garantir o fornecimento a longo prazo de *commodities*, por isso grande parte deles foram direcionados às empresas do setor agrícola, exploração de petróleo e extração de minerais. Ademais, também passaram a ter como estratégia a constituição de uma plataforma de exportações direcionada para toda América Latina a partir do Brasil, canalizando investimentos em áreas como indústria de produtos químicos, indústria alimentícia, fábricas de equipamentos de informática e materiais elétricos, indústria de máquinas e de equipamentos. Nos anos mais recentes, indústrias chinesas entenderam que o mercado consumidor brasileiro poderia ser uma nova porta a ser explorada, desse modo, uma nova natureza de investimentos foi realizada nas áreas de

telecomunicações, eletricidade e gás, atividades imobiliárias, instituições financeiras, serviços de tecnologia e setor automotivo.

Com o impacto sofrido pela economia brasileira em função da grave crise política e do severo ajuste fiscal implementado nos últimos anos, dois novos campos passaram a ser aproveitados pelo capital chinês. O primeiro deles trata do financiamento da infraestrutura nacional, principalmente com a aquisição por parte de grupos chineses de uma série de ativos estratégicos, como campos de exploração de petróleo, aquisição de hidrelétricas, além de investimentos em rodovias, portos e aeroportos via contratos de concessão. Outro aspecto recente se refere ao controverso fenômeno da estrangeirização de terras, ou *land grabbing* (McMICHAEL, 2013; SASSEN, 2013), cuja nova regulamentação está em debate no congresso nacional e já faz parte do conjunto de relações entre Brasil e China (HAGE; PEIXOTO; VIEIRA FILHO, 2012; SILVA; LEITE, 2016). A aquisição de terras no território brasileiro por grupos chineses está ancorada a interesses vinculados ao agronegócio, em áreas como o cultivo de grãos, cana-de-açúcar, pecuária e extração vegetal. De acordo com estudos de movimentos de defesa da soberania nacional, o fenômeno da estrangeirização de terras faz com que vinte grupos transnacionais, dentre os quais estatais chinesas, sejam detentores de 2,74 milhões de hectares, equivalente ao território do Haiti.

A China também passou a figurar, ao lado dos Estados Unidos, como principal fonte dos produtos importados pelo Brasil. No topo dos produtos exportados pelos chineses para nossas empresas estão equipamentos de alta tecnologia das áreas de informática e telecomunicações, assim como máquinas e acessórios para produção industrial. Essa disparidade entre o perfil de produtos importados da China e exportados para a China indica os termos de nossa relação comercial hoje.

A manutenção de uma balança comercial superavitária com a China possui algumas explicações que não podem deixar de ser percebidas. Primeiramente, a grande demanda chinesa por nossas *commodities* primárias em função do enorme mercado interno chinês a ser atendido. Em segundo lugar, a valorização do preço dessas *commodities* em virtude de uma ampliação da demanda por parte de economias emergentes que foram alçadas à condição de novos consumidores na esteira do crescimento

econômico mundial da última década. Por fim, somadas a desindustrialização da economia nacional e a grave crise econômica em que o país está mergulhado, fruto de sua deterioração fiscal e instabilidade política, levam a uma retração das importações brasileiras, contribuindo para manutenção do superávit na balança comercial, mesmo frente a desvalorização de algumas *commodities* e uma acomodação momentânea da demanda chinesa.

Não obstante, o que parece mais relevante para demonstrar os riscos da relação de dependência que se estabelece a partir do aprofundamento das relações entre Brasil e China, é a possibilidade do Brasil perder de vista a materialização de uma estratégia de desenvolvimento econômico autônoma. A partir de 2004, o governo brasileiro demonstrou empenho em articular uma estratégia nacional de desenvolvimento e inserção internacional a partir da formulação e implantação da PITCE, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. A PITCE foi sucedida, quatro anos depois, pela PDP, a Política de Desenvolvimento Produtivo e, posteriormente, pelo Plano Brasil Maior, em 2011 (STEIN; HERRLEIN JÚNIOR, 2016).

Tais políticas tinham como objetivo articular a política industrial brasileira a uma estratégia de desenvolvimento e inovação que estivesse alinhada a uma plataforma de inserção internacional soberana do país. Porém, a despeito do desenho institucional proporcionar as bases para efetivação dessa estratégia, alguns dos principais setores apoiados pela política de criação das campeãs nacionais, plataforma oriunda dessa estratégia, foram aqueles cuja inserção internacional estava vinculada à demanda chinesa. Desse modo, os vultosos investimentos governamentais para a consolidação de grandes grupos industriais competitivos internacionalmente não se deram em setores de média e alta tecnologia, como deveriam ser privilegiados segundo os documentos, sendo eles: *softwares*, fármacos e biotecnologia. Mas sim na indústria de manufaturas baseadas em recursos naturais, como de carnes processadas, papel e celulose, petroquímico, ou engenharia e construção civil.

Tal opção fortaleceu esses grupos internacionalmente em um curto espaço de tempo, os colocando, na maioria das vezes, na liderança do mercado global em seus setores. Contudo, a partir deles não há uma contribuição capaz de influenciar positivamente, a médio e longo prazo, a

alteração da estrutura econômica e social brasileira, ao passo que a capacidade desses grupos em proporcionar saltos tecnológicos e de inovação em áreas sensíveis, assim como de incidir na variação do padrão de inserção do país na divisão internacional do trabalho, é muito limitada. Desse modo, mesmo investimentos nacionais em política industrial, característica histórica de nossa trajetória de desenvolvimento, estariam aprisionados pela dependência brasileira em relação ao mercado chinês.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando Immanuel Wallerstein propõe a análise sistêmica como método de compreensão da realidade política, econômica, social e cultural do mundo contemporâneo, ele indica que não é possível fragmentar a realidade, bem como o estudo das “ciências sociais” (WALLERSTEIN, 2004; WALLERSTEIN, 1991). Nesse sentido, o “sistema-mundo moderno”, como ele denomina a realidade em que estamos inseridos, trata-se de um sistema social com dimensões definidas e com um modelo de reprodução econômica específico. Vivemos, portanto, em um sistema social total, em que, geograficamente, todos países (ou unidades políticas, em sua definição) estão abarcados, e somos parte de um mecanismo de regulação econômica único, cujas cadeias produtivas e mercantis estão espalhadas por todo o sistema, na assim chamada economia-mundo. O que difere nosso papel enquanto indivíduos nessa economia-mundo é a função que exercemos em cada nóculo das cadeias. No caso das unidades políticas, a diferença de sua posição na hierarquia desse sistema está demarcada de acordo com a inserção que possuem na divisão internacional do trabalho.

Posto isso, cada uma das unidades políticas trabalha para reunir condições de ocupar, nessas cadeias produtivas e mercantis, e por sua vez na divisão internacional do trabalho, uma posição que permita maiores possibilidades de acumulação de capital, lógica regente da economia-mundo do sistema-mundo moderno. A principal forma de acumulação de capital nesse modelo é o monopólio de atividades econômicas. Logo, quanto maior o número de atividades em que determinada unidade política possua monopólio (ou esteja mais perto dessa situação), mais destacada será

sua condição de acumulação de capital na divisão internacional do trabalho e sua posição hierárquica na economia-mundo.

A principal maneira de alcançar estes monopólios se dá através de processos de modernização e inovação tecnológica. O domínio sobre os processos de modernização e inovação garantem o monopólio, mesmo que momentâneo, sobre novas descobertas e a consequente acumulação provinda da exploração de seus mercados consumidores. Por isso, o ponto fundamental de qualquer estratégia de *catching-up*, que vise saltos dentro da hierarquia da economia-mundo, requer altos investimentos na área de inovação. O que, segundo a literatura especializada (NELSON, 1993; FREEMAN, 1995; CASSIOLATO; LASTRES; ARROIO, 2005; ARBIX, 2010), demanda um processo de industrialização sustentável e financiamento à pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológico.

Como apontado ao longo do texto, o Brasil tomou um rumo diferente do que a literatura indica como caminho para ascensão na hierarquia da economia-mundo. Ao adentrar em um processo de desindustrialização e retomar um padrão de crescente primarização da pauta exportadora, voltando à característica tradicional de suas exportações ao longo de sua história (LOPES, 2017), a economia brasileira se distanciou cada vez mais das possibilidades de constituir monopólios tecnológicos e ocupar nódulos de destaque nas cadeias produtivas e mercantis globais. Por sua vez, o aprofundamento das relações com a China beneficia o gigante chinês, que caminha a passos largos para o topo da hierarquia da economia-mundo, ao se destacar na vanguarda de diversos setores de alta intensidade tecnológica e constituir monopólios em áreas que lhe garantem grandes mercados consumidores, e alto potencial de acumulação de riquezas. A análise do perfil das trocas comerciais entre Brasil e China, bem como a avaliação dos investimentos chineses no Brasil, indicam o perfil que cada um dos dois países vem consolidando na divisão internacional do trabalho da economia-mundo.

Portanto, é preciso estabelecer um projeto de desenvolvimento autônomo que vise uma ascensão do Brasil na hierarquia da economia-mundo e uma nova posição na divisão internacional do trabalho. Para que assim possibilite ao país a redução de suas disparidades e um crescimento econômico sustentável com distribuição de renda e justiça social.

Demandando, portanto, uma reorientação na trajetória estabelecida nos últimos anos, de aprofundamento desse modelo de relações comerciais entre Brasil e China, que tem conduzido à ampliação da desindustrialização e da reprimarização das exportações, e também à reorientação da indústria prevalecente para atuação em setores cuja possibilidade de guiar a disputa global por monopólios tecnológicos é extremamente limitada.

Para o Brasil assumir esse papel, os fatores a serem adotados perpassam pela retomada de um projeto de industrialização moderno e competitivo, que seja capaz de concorrer pelos principais mercados internacionais nos setores de mais alta intensidade tecnológica. Pela revisão da balança comercial brasileira, que não pode se limitar a oferecer superávits por meio da abundância de recursos oriundos das *commodities* primárias, sem que haja uma participação significativa de itens de alta complexidade econômica e um fluxo intenso de importação de bens de alta tecnologia para consumo do mercado doméstico. E, principalmente, uma estratégia nacional que valorize os ativos estratégicos do país e garanta a soberania sobre eles, entendendo os mesmos como vetores essenciais para a execução de uma política nacional de desenvolvimento baseada na constituição de um sistema nacional de inovação autônomo, que incentive o desenvolvimento científico e tecnológico em nosso país.

## REFERÊNCIAS

- ARBIX, G. Estratégias de inovação para o desenvolvimento. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 167–185, 2010.
- ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BRESSER PEREIRA, L. C. *Globalização e Competição*. Por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H.; ARROIO, A. M. Sistemas de Inovação e Desenvolvimento: mitos e realidade da economia do conhecimento global. In: LASTRES, H.; CASSIOLATO, J.; ARROIO, A. *Conhecimento, Sistemas de Inovação e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).
- CHESNAIS, F. *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

- CRUZ, S. C. V. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- FIORI, J. L. *O vôo da coruja: para reler o desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- FREEMAN, C. The New International Competition and What it means for Manufacturing. In: JERVIS, P. (Ed.). *Manufacturing, Wealth Creation, and the Economy: a platform for policy development, a report of a series of seminars and lectures*. London: RSA, 1995.
- GALA, P. *Complexidade Econômica: uma nova pergunta para entender a antiga questão da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.
- GIAMBIAGI, F.; AVERBUG, A. *A crise brasileira 1998/1999: origens e consequências*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social–BNDES, 2000. (Texto para discussão, No. 77).
- GILPIN, R. *O desafio do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- HAGE, F. A. S.; PEIXOTO, M.; VIEIRA FILHO, J. E. R. *Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma avaliação jurídica e econômica*. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, nº 1795).
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Rio de Janeiro: Loyola, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- KOHLI, A. *State-directed development: political power and industrialization in the global periphery*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- LOPES, V. T. *A reprimarização das exportações brasileiras em uma perspectiva histórico-mundial de média e longa durações*. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.
- LOUREIRO, F. P. Desenvolvimentismo às avessas: o processo de desindustrialização brasileiro sob a égide neoliberal (1990–1999). *Revista de Economia Política e História Econômica*, v. 8, p. 33–62, 2007.
- McMICHAEL, P. Land Grabbing as Security Mercantilism in International Relations. *Globalizations*, v. 10, n. 1, p. 47–64, 2013.
- MOREIRA JR., H. *A Institucionalização dos BRICS na agenda do Brasil*. In: MENEZES, R. G.; MARIANO, K. L. P.; MOREIRA JR, H.. (Org.). *Mundo em Transição: novos vértices de poder, instituições e cooperação*. Dourados: Editora UFGD, 2017. p. 251–270.
- NELSON, R. R. *National Innovation Systems: a comparative analysis*. Nova York: Oxford University Press, 1993.
- NIU, H. A grande estratégia chinesa e os BRICS. *Revista Contexto Internacional*, v. 35, n. 1, jan.–jun., p. 197–229, 2013.

PIRES, M. C.; PAULINO, L. A. As relações entre a China e a América Latina frente ao “novo normal” da economia chinesa. *Economia e Políticas Públicas*, v. 4, p. 9–28, 2016.

RODRIGUEZ, O. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SASSEN, S. Land Grabs Today: Feeding the Disassembling of National Territory. *Globalizations*, v. 10, n. 1, p. 25–46, 2013.

SILVA, T. L.; LEITE, A. C. C. Estrangeirização de terras: um questionamento à cooperação na ordem econômica internacional contemporânea? *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 5, n. 9, p. 121–151, jan.–jun. 2016.

STEIN, G. Q.; HERRLEIN JÚNIOR, R. Política industrial no Brasil: uma análise das estratégias propostas na experiência recente (2003–2014). *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 47, p. 251–287. Jul–Dez. 2016.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Revista Contexto Internacional*, v. 29, n. 2, p. 273–335, jul–dez, 2007.

WALLERSTEIN, I. M. *World System Analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. *Unthinking social science: the limits of nineteenth-century paradigm*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

YONAMINE, C. S. *A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: uma análise da cooperação e de seus eventuais riscos*. 2017. 68 f. Trabalho de conclusão do curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.